



Emigê

soluções
em saúde

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS – MG

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2018
PROCESSO Nº 194/2018

A EMPRESA **EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA**, sediada à Rua Erê, 34 – Bairro Prado, BH/MG, inscrita sob CNPJ 71.505.564/0001-24, vem, à presença de Vossa Senhoria, mui respeitosa e tempestivamente, na qualidade de licitante, com fulcro no artigo 41, §2º da Lei 8.666/93 e item v – 1 – 1.1 do instrumento convocatório, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 060/2018 requerendo que V.Sa. se digne a receber, processar e deliberar sobre a presente feito,

pelas razões adiante descritas:

I - DOS FATOS E DO DIREITO

A Impugnante, empresa que tem como principal atividade econômica o comércio atacadista de produtos odontológicos está estabelecida no mercado nacional desde 1994, está **inconformada** com o presente Edital, que tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DO FASERV e que restringe, para TODOS os itens, a participação na presente licitação somente para **MICROEMPRESAS E EPPs**, pois, a Impugnante, embora preencha todos os requisitos legais para participar do presente certame, se vê impedida de apresentar sua Proposta de Preços, pela restrição ora imposta e impugnada.



Emigê

soluções
em saúde

Ocorre que no item **V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

1 - Poderão participar desta licitação, toda e qualquer Pessoa Jurídica, regularmente estabelecida no País, que seja credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos;

1.1 - Em cumprimento ao artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, todos os itens serão destinados às Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e equiparadas. (grifo nosso)

Ou seja, dispõe que Todos os itens serão EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, sem que dê possibilidade de ampla participação mesmo que não compareça pelo menos uma EPP ou ME para participar no certame, quebrando o princípio da economicidade.

O presente Edital faz uso do inciso I do artigo 48 e limita a participação no certame exclusivamente para ME's e EPP's, sem se ater ao que preconiza os incisos II e III do art. 49, que admitem situações em que a exclusividade prevista no inciso I do artigo 48 não deverá ser observada, notadamente quando essa obrigatoriedade possa, de alguma maneira, causar prejuízo à Administração Pública, situação que, como se verá abaixo, é exatamente o caso do Edital ora impugnado.

II – DO DIREITO

A Lei Complementar nº 123/2006, em atitude louvável, instituiu o chamado estatuto nacional da micro e pequena empresa, basicamente alterou um conjunto de normas de caráter tributário e administrativo, entre outros, para incentivar o empreendedorismo de micro e pequeno porte na população. Todavia, em agosto de 2014 entrou em vigor a Lei Complementar nº 147/2014, que promoveu diversas alterações na mencionada Lei Complementar nº 123/2006, dentre as quais, ampliou, de maneira desarrazoada, o leque da proteção às ME's e EPP's no Brasil.

No caso em tela, o Edital simplesmente limitou o certame somente para a participação exclusiva de ME's e EPP's, baseando-se na disposição do inciso I, do artigo 48, sem levar em consideração o requisito previsto no inciso III, do artigo 49 – LC 123/2006, ou seja, não deu oportunidade de participação ampla para no caso de não comparecimento de 3 (três) MICROEMPRESAS e/ou EPPs.

Assim, se na presente data, existir outras empresas capazes de apresentar propostas economicamente mais vantajosas para a **Prefeitura de Patos de Minas**, como, por exemplo, a própria Impugnante, esta, será excluída do certame, impossibilitando à Administração Pública sequer de conhecer sua Proposta de preços competitivos o que, certamente, inibiria a Proposta mais vantajosa para a Prefeitura que ficará obrigada a contratar somente com as Empresas beneficiárias da LC 123, a qualquer preço.

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I – (Revogado)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº8.666. de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.”



O que se observa é que a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, visou ampliar a participação das ME's e EPP's nas compras públicas até o **limite em que a Administração Pública não seja lesada ao comprar destas ME's e EPP's**, e não simplesmente transferir para a Administração Pública as ineficiências econômicas da estrutura de custos destas empresas. Caso contrário, estaria a referida lei elevando interesses de particulares acima do interesse público que é objeto primordial a ser perseguido pela Administração Pública. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração" conforme é vislumbrado no artigo 3º, da Lei de Licitações .

Com efeito, se a Administração Pública insistir na limitação da presente licitação, mantendo a exclusividade para contratação de ME's e EPP's, com base na Ata de Registro de Preços resultado da licitação em questão, correrá o risco de ver frustrado seu objetivo, pois certamente não conseguirá comprar durante tal período os produtos de qualidade pelo preço estimado de referência ou, em cenário muito pior, comprará os produtos por preço muito superior ao que poderia desembolsar se o certame fosse aberto a todos os interessados para todos os itens, lesando o contribuinte, cujos recursos deve administrar em consonância com os princípios defensores do interesse público sobre os de quaisquer particulares.

Assim, conforme já exposto, a limitação indiscriminada de licitações exclusivamente para a participação em ME's e EPP's, sem ater-se a todos os requisitos previstos na lei, tem feito com que os entes públicos em geral adquiram produtos em valores superiores ao praticados no mercado, gerando um aumento excessivo e desnecessário nos gastos públicos que, a rigor, devem buscar a melhor proposta para o ente da Administração Pública em questão.

Considerando os princípios norteadores das compras públicas e, ainda, menos custoso para a Administração Pública, é de se rever, na presente data, as condições do Edital em questão, para permitir que quaisquer fornecedores dos bens a serem adquiridos no âmbito deste Edital possam apresentar suas propostas a todos e, independentemente de serem ou não ME's e EPP's resguardando, o previsto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 com a nova redação trazida pela Lei Complementar nº 147/2014, para os casos de desempate.



III – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer se digne V.Sa. a receber, processar e deliberar sobre a presente IMPUGNAÇÃO para que seja acolhida com a consequente determinação de abertura da participação de todas as empresas interessadas em participar da licitação prevista no Edital para **Pregão Eletrônico Nº 060/2018**, com a consequente exclusão das condições restritivas representadas pelo item V – 1.1 do instrumento convocatório, permitindo a ampla participação de empresas no certame.

Certo é que, somente mediante a correção do instrumento convocatório que os princípios públicos da isonomia e legalidade serão aplicados, igualando as licitantes no único intuito de conseguir a melhor oferta para a Administração Pública, além de trazer ao ato administrativo a legalidade necessária.

Belo Horizonte, 10 de Outubro de 2018.

Termos em que,
Pede deferimento.

EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA

TARCIANE VILAÇA FIGUEIREDO

C.I. 6608.612- SSPMG

CPF. 871.200.116-34

Emigê MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA
TARCIANE VILAÇA FIGUEIREDO
CPF: 871.200.116-34